



DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DAS POTENCIALIDADES E PARTICULARIDADES DO LOCAL:

Estudo de Caso do Povoado de São João em São Domingos, Goiás

Juzânia Oliveira da Silva Brandão ¹
Juliana Fernandes da Silva Oliveira ²

RESUMO

Objetiva-se investigar as relações e constructos espaciais envolvendo as populações tradicionais inseridas ou fronteiriças às áreas protegidas delimitadas, entendendo seu contexto e papéis, para sugerir, com base na singularidade local, medidas e procedimentos para alcançar desenvolvimento socioambiental. O desenvolvimento, no século XX, foi baseado no progresso e na reprodução de condições de nações industrializadas em áreas subdesenvolvidas, assim, surgem vertentes alternativas como liberdade, repensando a mercantilização da natureza e a produção e consumo sem limites num mundo de bordas finitas. Na perspectiva local/regional, é preciso pensar o desenvolvimento social a partir dos saberes situados em comunidades tradicionais ou campestres, caso de São João, Goiás, localizado no Parque Estadual Terra Ronca. O tradicional é um juízo de valor, enquanto o comunitário implica um sentimento de pertencimento. A dicotomia humanidade-natureza é temerosa, enquanto vista como “natureza intocada”. Participação cidadã demanda relacionar-se com o fazer, os saberes e a autoafirmação dos indivíduos, centralizando populações locais excluídas dos processos de tomada de decisão, separando-se homem e natureza como forma de dominação. Espaços de vivência campestre e tradicional são diminuídos pelo aumento da produção agrícola em larga escala e de áreas protegidas que reforcem essa separação, priorizando a proteção de ambientes naturais inabitados para preservação ambiental. Esta pesquisa qualitativa é um estudo de caso do Povoado de São João, realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, Preservação Ambiental, Comunidade campestre, Povoado de São João, Parque Estadual de Terra Ronca.

ABSTRACT

This article aims to investigate relations and spacial constructs involving traditional populations located in or in the border of delimited protected áreas, comprehending its context and roles, to suggest actions and procedures to achieve socioenvironmental development, based on local peculiarities. In twentieth century, development was based on progress and reproduction of conditions from the industrialised nations to undeveloped áreas. Thus, some alternatives, as liberty, reconsidering mercantilization of nature and unrestricted production and consumption in a restricted world, emerge. In the local / regional perspective, it's needed to think about social development from local knowledge in traditional or rural communities, that's the case of São João Village, Goiás, situated in Terra Ronca State Park. Traditional is a value judgement, whereas community involves a feeling of belonging. This dichotomy of humanity-nature is fearful, while it's seen as wilderness concept. Civic participation demands relating to individual actions, knowledges and self-affirmation, centralizing local populations marginalized from decision-making processes, by separating Man and Nature, as a form of domination. Rural and traditional living

¹ Doutoranda pelo Curso de Geografia da Universidade de Brasília - UnB, juzania@gmail.com;

² Doutoranda pelo Curso de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, prof.julianaferoli@gmail.com;



spaces are decreased by an increase of large-scale agricultural production and protected areas which enhance this separation, with priority given to protection of inhabited natural environment to environmental preservation. This qualitative research is a São João village case study, carried out by bibliographical and document research.

Keywords: Local development, Environmental preservation, Rural Community, São João village, Terra Ronca State Park.

INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

O Brasil optou por modelos de proteção e preservação ambiental, baseado em experiências externas, que segregam as populações tradicionais que vivem ou viveram por muito tempo em áreas que, posteriormente, foram demarcadas como Áreas de Preservação ou Conservação Ambiental.

O objetivo deste artigo foi realizar uma pesquisa de investigação sobre as relações, os constructos espaciais tendo por elementos fundantes as Áreas Ambientais delimitadas e as populações tradicionais inseridas ou fronteiriças. Entender seus contextos e papéis para sugerir, com base na singularidade local, medidas e procedimentos a seu desenvolvimento, pois acredita-se que só é possível atingir o desenvolvimento socioambiental dessas localidades através de um olhar de dentro pra fora. Assim, a pergunta norteadora desta pesquisa centra-se em: Como o Povoado de São João pode gerar desenvolvimento local e auxiliar na preservação cerratense do Parque Estadual Terra Ronca, São Domingos, Goiás?

Pensa-se que as respostas possam existir na experiência da convivência em forma de técnicas, fazeres, símbolos da população local tradicional, obtidas a partir do que é efetivo a vida, a biodiversidade, aprimoradas e adaptadas em seu contexto mais integral, inter e intrageracional, tendo como elementar a sabedoria originária da relação íntima com o espaço que o circunda, orgânico, múltiplo, complexo.

Refletir sobre o ordenamento territorial e suas facetas é imprescindível para dar visibilidade e voz à população local que faz de seu território a expressividade humana de sua existência, observa-se isso através das relações sociais decorrentes da proximidade física, gerando reconhecimento e personificação dos indivíduos, identidade, que habitam esse mesmo território.

Planejar e implementar no território, fonte dessas interações, ações e técnicas que convergem ao interesse e bem-estar desse todo complexo, da biodiversidade aqui existente, faz-se necessário, segundo Jonas (2006, p. 42), estender a reflexão sobre as alterações provenientes do fazer humano e “avançar para além da doutrina do agir, ou seja, da ética, até a doutrina do



existir”. A instruir, através da ética, o autocontrole, elemento essencial sobre o excessivo poder abusivo das técnicas humanas à natureza extra-humana.

1 APORTE TEÓRICO

1.1 (Re)existências ao desenvolvimento

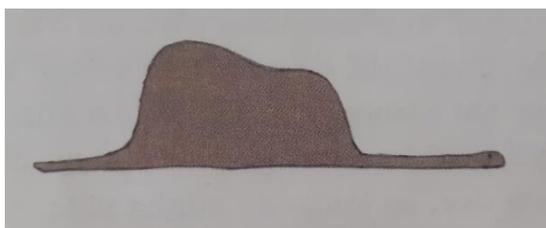
No contexto mundial onde aproximam-se distâncias, sejam geográficas de indivíduos e seus contextos culturais distintos, exprime-se no simulacro econômico sua sobreposição aos demais aspectos da existência, mantendo essa igual ideologia na abordagem e reputação do conceito de desenvolvimento, nesta perspectiva, quase tudo é visto através dos símbolos e cifras que dizem traduzir e dar conta das semânticas diversas e experienciais das formas de vida.

Para Morin (1993), o desenvolvimento é, no século XX, a palavra mestra que se encontra na base da ideia central de que o “desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento”. E que o desenvolvimento/progresso justifica inúmeras tragédias e barbáries humanas, dentre elas as ditaduras, pois em nome do mesmo seria preciso sacrificar tudo.

Escobar (2016) situa a gênese do conceito de desenvolvimento no final da década de 1940, associado à reprodução de condições de nações industrializadas em “áreas subdesenvolvidas”, em se tratando de tecnologias, urbanização, industrialização, dentre outros valores considerados modernos, sob uma cortina de progresso e crescimento, que se abre para a modernidade.

Há necessidade urgente de repensar o devir e selecionar técnicas e tecnologias que convergem a um desenvolvimento que sustente e dê suporte ao diverso, ao complexo. Assim, convida-se a uma reflexão incitada por Antoine de Saint-Exupéry, publicada pela primeira vez em 1942. O que se vê no simples? “meu desenho número 1. Era assim:”

Figura 1: Desenho número 1



Fonte: Saint-Exupéry (2015, p. 9)



A resposta pode ser simples, o complexo, mas isso nada tem de simplista. É necessário extrapolar, ver além, entender seu contexto, ouvir experiências, abrir-se à existência e dar voz ao outro, seja ele humano ou extra-humano.

Para Amartya Sen (2010), o desenvolvimento é inerente à liberdade, sendo o aspecto econômico um meio ao desenvolvimento, assegurando e garantindo a vida e o bem-estar social. Aqui, é importante relacionar rendas com relações; mercadorias com capacidades; riqueza econômica e possibilidade de poder viver da forma que se deseja. Uma vez que o fator mais importante é a possibilidade de garantir a vida tempo bastante e de assegurar uma boa vida enquanto esta perdurar, excluindo aí a possibilidade de morte prematura e uma vida de misérias e privações das liberdades essenciais, sendo a pobreza uma construção política, onde as classes sociais são distintas, gerando desigualdades, que se embrenha e deteriora o tecido social.

Na perspectiva de Sen, existem cinco distintos tipos de liberdade instrumentais, sendo elas os meios principais ao desenvolvimento, coabitando em função de fortalecer uma a outra a constituir uma base sólida e racional a reconhecer o papel positivo do cidadão, agente livre e sustentável, sendo elas: (1) liberdades políticas – concedida de forma ampla garante os direitos civis; (2) facilidades econômicas – oportunidades de usar recursos como o propósito de consumir, produzir ou trocar; (3) oportunidades sociais – subsidiará a melhoria de vida do indivíduo e coletivo social; (4) garantias de transparência – necessidade de sinceridade e lida sob garantia da clareza e do dessegredo, a fim de inibir corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas - e (5) segurança protetora – rede de segurança social a impedir que a população vulnerável reduza a miséria abjeta, fome e morte.

Talvez seja necessário pensar em que contextos o desenvolvimento está colocado. Na América Latina, por uma perspectiva do Sul global, busca-se uma redefinição do desenvolvimento. Será possível redefini-lo? Ou seria mais razoável buscar alternativas a esse modelo? O que Escobar (2016) expõe é que o desenvolvimento convencional, ligado ao progresso e ao crescimento infinito não se encaixa mais num mundo de bordas finitas, e que, independentemente das formas e alternativas ao desenvolvimento, questionamentos outros quanto à ideia de crescimento precisam.

Nesse sentido, Gudynas & Acosta (2011) trazem o Bem-viver como uma alternativa ao desenvolvimento, num sentido mais profundo, que rompe com as bases culturais e ideológicas do desenvolvimento, ao recuperar saberes e sensibilidades de povos tradicionais, que têm outra relação com o ambiente, como uma utopia possível. Ao mesmo tempo em que não há como pensar no crescimento econômico sem limites em um mundo com limites finitos, seria preciso repensar o estilo de vida produtivista e consumista, bem como a desmercantilização da natureza.



Galvis (2020) indica que articular os processos de re-existência é uma proposta para não sustentar práticas neoliberais de autodestruição, que levam em si o que a humanidade criou como um futuro finito e esgotável. A autora cita que enunciar as esperanças é fundamental para compreender a diversidade da re-existência, num sentido de romper com a passividade. E essa passividade se configura em tantos aspectos cotidianos, vistos engendrados por questões do desenvolvimento condicional, posto de cima para baixo. Entende-se ser uma forma de contrapor ou de modificar a perspectiva do desenvolvimento convencional, “ressignificar os espaços e recriar as formas em como nos relacionamos com nossos territórios”. Novas lógicas de autoafirmação comunitárias e pertencimento ao território sustentam a luta por uma re-existência.

Re-existir vai além de um ato de resistência, de sustentar um ponto de vista ou modo de vida contra as investidas colonialistas vindas do Norte global. Seria possível falar sobre uma “confluência” de saberes e fazeres, o que Santos (2018) coloca como um “processo de equilíbrio entre as civilizações diversas desse lugar”. E a confluência ocorre nos territórios, não apenas na terra, nos lugares situados e localizados, mas envolve todos os elementos formativos das comunidades.

Ao abordar o desenvolvimento mais especificamente com enfoque no local, regional, Brose (2000) o compartimenta em cinco dimensões: a inclusão social, o fortalecimento da economia local, a inovação na gestão pública, a gestão ambiental e uso racional de recursos naturais e mobilização da sociedade.

Na situação específica do fato São João é imprescindível pensar e agir em prol de ações que conciliem o desenvolvimento social que fortaleça e dê ênfase aos saberes situados deste grupo social que habita a região e está localizado no Parque Estadual Terra Ronca. Patrimônio-territorial esse tratado aqui a partir da perspectiva de Everaldo Costa (2016)

[...] patrimônio-territorial vigorará a partir da sistematização de um conhecimento popular situado, por meio de uma agenda de iniciativas sociais, organizativas, administrativas e universitárias, todas locais. Tais ações e pesquisas podem contribuir para identificar, catalogar e mapear o acervo simbólico da história territorial dos subalternizados latinos, para intervenções concretas na implantação de roteiros patrimoniais de assentamentos [com sinalização interpretativa], museus temáticos de bairros, restaurantes criativos com respeito à história de formação e alimentar do lugar, espaços ou centros culturais e de identidade local, espaços de lazer ou recreação, cafés com artes locais, bares temáticos e outros. Podem ser objeto de apropriação, com particular respeito à memória indígena, negra e da circulação continental: i) histórico sistematizado da origem dos assentamentos precários ou não [advindos do processo migratório rural-urbano no continente]; ii) modos de vida enraizados que revelem sociabilidades singulares, tipologias de moradias particulares, padrões alimentares locais ou regionais; iii) festas sagradas ou profanas representantes do grupo social e de seus ancestrais; iv) patrimônio edificado [e ruínas], nas periferias urbanas, não valorado pelos responsáveis da gestão territorial e órgãos de preservação nacionais,



estaduais e municipais; v) imóveis rurais ou conjuntos [sedes de fazendas, capelas rurais, arraiais] representantes da história agropecuária do continente, do país, da região ou do lugar, dentre outros possíveis. (COSTA, 2016, p. 09).

Pensar em região pode ser amplo e específico ao mesmo tempo. Amplo em virtude do que a concepção de região pode abarcar em seu contexto e nas múltiplas singularidades que convergem espaços com características similares, junção por associação da ideia de contínuo, comum. Em suas mais variadas representações, o diverso, podendo se manifestar também através de diferentes recortes, sendo necessário, conforme Castro, Gomes, Corrêa (2009, p. 50) “religar estas significações aos diversos contextos no qual esta noção serve como elemento-chave de um sistema explicativo, contextos políticos, políticos-institucionais, econômicos e culturais”. Para compreender essas ligações e particularidades que conectam o sujeito ao seu território de origem – fatores históricos, agentes transformadores - torna-se imprescindível a análise e interpretação de natureza espacial e de sua extensão, fatores que inibem ou propulsionam estruturas fundamentais ao desenvolvimento.

Fruto unicamente de interesses escusos do “dinheiro em seu estado puro”, que segundo Milton Santos (1999, p. 12), nada mais é que, em um

[...] mundo de enganos, a chamada contabilidade dos países aparece como um dado central. Mas essa contabilidade nacional é, no fundo, um nome fantasia para a contabilidade global que escolhe, entre as categorias utilizadas, aquelas que privilegiam os interesses de um certo tipo de agente, e excluem todas as categorias de outra índole. E essa contabilidade global se funda em parâmetros inspirados nas próprias finanças globais, num mundo no qual não é mais o capital como um todo que rege os territórios, mas uma parte dele.

Categorias perniciosas que forçam associações lesivas ao corpo social, sendo elas, ciência-técnica, técnica-mercado, tendo como resultado o “tecno-mercado” e a “tecno-ciência” que “arrasta” toda a sociedade moderna e, também, as ciências humanas, havendo um afastamento do acadêmico da “busca da verdade” ao repudiar a crítica externa e ao se omitir de realizar sua própria crítica.

Para Camargo (*apud* ALMEIDA, SOARES, 2009, p. 21) a realidade tem em sua concepção e método abstrações relativizadas

Dentro de um contexto histórico das sociedades que constroem e construíram a humanidade, pois a trajetória da humanidade que descreveu vários percursos conheceu também o desenho de várias formas de organização espacial. Sociedades que hoje caem em descrédito, devido a seu suposto atraso científico e tecnológico, organizaram e viram a reordenação de seus espaços geográficos formando múltiplos sistemas diferenciados de ordenamento, mostrando-nos que não há um único caminho.



Aqui há um convite a reflexão de uma nova ética sobre o alcance da ação humana para com as espontaneidades de vida, objeto mais especificamente tratado, sob o prisma das populações tradicionais e suas interações socioambientais em seu contexto espacial local.

O tradicional não necessariamente é comunitário, pois pode haver indivíduos neste mesmo grupo que se sintam representados ou não pelo que uma parte acredita ser tradicionalmente intrínseco ao grupo. O tradicional é um juízo de valor, enquanto o comunitário implica um senso de pertencimento. Comunidades tradicionais constituem-se de grupos sociais que percebem em suas características essenciais hábitos, costumes, crenças e valores através da criação, de rituais coletivos, constructos culturais e identitários com o objetivo de manter preservada sua cultura, um fazer próprio de viver, conviver, vivenciar, criar, cocriar, recriar as mais diversas realidades. A tradição ao mesmo tempo que retoma um passado ela grita por um futuro, e o que se faz no presente que definirá como essa tradição irá se perpetuar ou está fadada ao esquecimento.

Há uma linha tênue entre o que está posto como realidade e a ilusão que aparece e a reflete. Por esse caminho, foi que Foucault (2013, p. 115) tratou a heterotopia:

O espaço em que vivemos, pelo qual somos lançados para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos erode é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, nós não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual seria possível situar indivíduos e coisas. Nós não vivemos no interior de um vazio que se revestiria de diferentes espelhamentos; nós vivemos no interior de um conjunto de relações que definem alocações irredutíveis umas às outras, e absolutamente não passíveis de sobreposição.

Quando se discute o desenvolvimento na América Latina, este mesmo pode ser considerado uma heterotopia em relação ao desenvolvimento convencional do Norte global, enquanto representação das condições de industrialização e urbanização dos países desenvolvidos em países “subdesenvolvidos”. Até mesmo as alternativas ao desenvolvimento poderiam ser consideradas heterotópicas se comparadas àquele modelo de desenvolvimento, já que têm nele uma referência do que não ser, do crescimento sem limites em um mundo de limites bem formatados. São os espelhamentos e engendramentos do desenvolvimento em alocações outras por trás de uma promessa de melhoria da qualidade de vida e a realocação em uma reprodução da modernidade que não necessariamente realiza-se no reflexo como realiza-se na imagem que reflete.



1.2 Outras formas de relações entre sociedade e natureza

Historicamente, vem sendo trabalhado e transmitido o conceito de sustentabilidade, como uma utopia, difícil de alcançar, que demanda uma mudança de comportamento quanto aos recursos naturais, do local para o global. Para Boff (2012), a construção da sustentabilidade verdadeira, efetiva e global está submetida ao princípio do cuidado e da prevenção, na esperança de desafogar, alegrar e dar continuidade à construção da história para um futuro mais promissor do que podemos prever no contexto atual de utilização (fazer serem úteis) dos recursos da Mãe Terra, tratado com “indiferença, cinismo e despreocupação irresponsável”, que precisa de uma reflexão sobre os hábitos da sociedade, e, conforme Irving (2014), de um posicionamento político e ideológico, numa dimensão de cidadania, desfocando o assunto da pauta estritamente ambiental.

Baird Callicot (1991, *apud* Diegues, 1996) ainda aponta que a dicotomia humanidade-natureza é temerosa, e o melhor seria ter um conceito mais simbiótico de conservação. A percepção das populações urbanas sobre o mundo natural, traduzido pelo conceito de “*wilderness*”, enquanto “natureza intocada”, reforça esse distanciamento, ao restringir a entrada e a permanência de visitantes sem autorização de seu órgão controlador. Colocando essa perspectiva em foco, observamos uma valorização da coisa (ambiente natural que precisa ser preservado) sobre o ser humano (agressor que precisaria ser controlado).

Logicamente, não se pode fechar os olhos para as agressões ao meio ambiente natural. Contudo, é preciso manter a esperança no sentido de modificar a relação do ser humano com território habitado e sua biodiversidade, que seja mais harmoniosa, diferente da atual delimitação de estoques endêmicos cercados e apartados das sociedades a quem pertenciam esses lugares, seu *locus* de vida.

Para Boff (2012), o desequilíbrio que precede o caos toma conta do Sistema Terra, em que habitam humanos e demais seres, gerando um “mal-estar cultural”, cuja responsabilidade repousa sobre o modo de produção industrialista, esvaziada de ética e empatia, dando lugar à ganância dos ricos sobre os pobres, que, por sua vez, foram e são “esgarçados” pelas crises, que os obrigam a buscar trabalhos precários que os garantam a sobrevivência. De um “individualismo massificador” a uma “reação à alienação crescente”, a civilização moderna leva-nos a estados - ou processos? - de participação coletiva. Participar é fazer parte, sentir-se parte, ter consigo um sentimento de pertença, que traga ou retome o sentido às suas diferentes



existências, na família, no trabalho, no ambiente escolar, em sua cidade, no ecossistema, no mundo.

Chamada por Bordenave (1983) de “necessidade fundamental do ser humano”, a participação relaciona-se com o fazer, os saberes e a auto-afirmação dos indivíduos. O não participar, ou “marginalização”, constitui uma mutilação, que frustra e vai na contramão da natureza do ser humano. Participar, em contrapartida, torna-nos autônomos e ativos na tomada de decisões e na sociedade, sendo muito importante o desenvolvimento de “mentalidades participativas”, o que pode não ser interessante em algum nível, já que “quando o governo controla a participação do povo, mas não é controlado pelo povo, é sinal de que ainda falta muito para se chegar a sociedade participativa” (BORDENAVE, 1983, p. 36). A concepção de democracia deliberativa vem sendo trabalhada como um amplificador do espectro de participação social, trazendo ao centro populações excluídas dos processos de tomada de decisão. Nesse sentido:

O direito à voz é requisito central à efetivação de processos democrático-participativos e implica que as opiniões e demandas, individuais e/ou coletivas, que se expressam nas falas dos atores sociais sejam consideradas no processo (COZZOLINO, IRVING e SOARES, 2015, p. 144).

Importa olhar aos sujeitos-cidadãos como centro da tomada de decisão, por meio de arenas formais de negociação, quando se trata de populações diretamente afetadas, em seu modo de vida e de trabalho, pela criação de áreas protegidas em seu território, por exemplo, como é o caso de comunidades tradicionais e campesinas.

Refletindo sobre o meio natural nesta “sociedade do espetáculo”, podemos observar o processo de separação do homem e seu meio como forma de dominação, tratando seres humanos como objetos e apartando das discussões as subjetividades, valorizando as coisas mais que as pessoas (DEBORD, 1967). Os espaços de vivência campesina e tradicional são diminuídos pelo aumento da produção agrícola em larga escala e da crescente agressão ao meio ambiente em função do capital, muitas vezes externo e sem nenhuma relação com o lugar. Mas também destaca-se o aumento de áreas protegidas que, em função da conservação ou preservação ambiental, cerceia os saberes e fazeres de populações, reforçando a dicotomia sociedade-natureza. Áreas de produção agrícola extensiva e áreas de proteção excludentes configuram-se em espetacularização, que:

Apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é ‘o que aparece é bom, o que é bom aparece’. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica pelo seu monopólio da aparência (DEBORD, 1967, p. 17).



Sob uma imagem de produtoras de alimentos, ou produtoras de biodiversidade, as grandes fazendas e as unidades de conservação podem, pelo inegável aspecto de solucionar, em termos, parte de problemas do contexto atual (fome e desmatamento), causar a separação e a exclusão de populações, o que Diegues (1996) chama de tragédia dos comunitários, fazendo alusão à clássica “Tragédia dos Comuns” de Hardin.

Não se pode deixar de situar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), adotado no Brasil, uma das propostas de conservação da sociobiodiversidade mais avançadas.

Sua concepção transcende a proteção da biodiversidade pois possibilita vários usos do solo e dos recursos naturais. E, ao articular o SNUC com os demais instrumentos de políticas públicas como o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, o país estará colocando em prática os preceitos e diretrizes da CDB [Convenção da Diversidade Biológica], ao mesmo tempo em que poderá demonstrar aos demais ser possível integrar à conservação da biodiversidade, o compromisso de inclusão social e, o combate à pobreza, contribuindo também para o atingimento das Metas do Milênio (IRVING e PRATES, 2015, p. 53).

Cabe ressaltar que a criação de unidades de conservação no espaço antes ocupado por populações consideradas tradicionais ou pré-industriais é vista como uma “usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial” (DIEGUES, 1996, p. 67).

Para Irving (2010), o “mito moderno da natureza intocada”, trazido por Diegues (*op.cit.*) adquire uma nova interpretação de proteção da natureza, em que o ser natural também é social, e, nesse sentido, sociedade e natureza devem ser vistas como partes inseparáveis, não apartáveis, como antes.

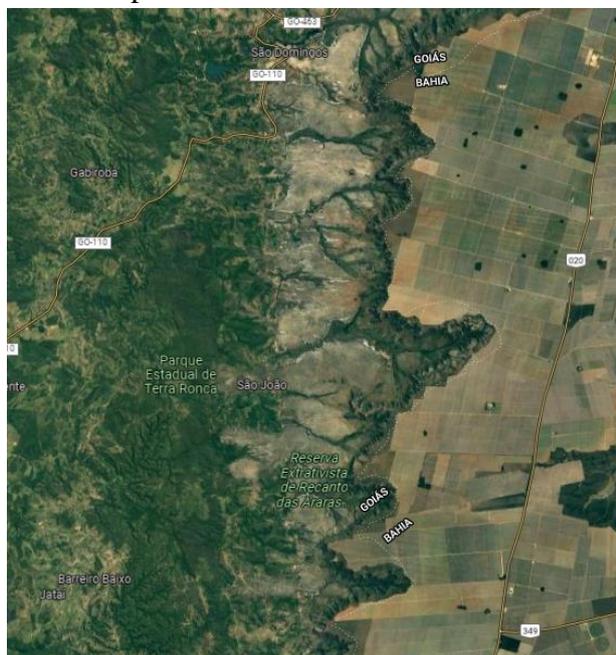
2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo por base o estudo de caso do Povoado de São João e, conseqüentemente, do município de São Domingos no estado goiano, a partir de entrevistas, registros de relatos, fotos e vídeos dos procedimentos previamente estruturados. Vale ressaltar que houve coleta de dados *in loco* com secretário de turismo, guia de turismo e moradores do povoado São João.

O município de São Domingos localiza-se no extremo nordeste do estado de Goiás (Figura 1). Há registros que o primeiro povoado fixou-se nesta região no final do século XVII, por isso que, uma parte da cidade traz consigo características arquitetônicas dessa época.



Imagem 1 - - Localização do Parque Estadual Terra Ronca, São Domingos e o povoado de São João



Fonte: Google Maps (2021)

Identificou-se nas entrevistas que a principal atividade econômica da região é o Agronegócio, ou melhor, Sistemas Produtivos Alimentares, que se estendem cada vez mais em direção às áreas de proteção e de vivências sociais. No quesito turismo natural, este município tem, no Parque Estadual Terra Ronca (Imagem 2), sua principal atratividade, este faz parte do patrimônio da humanidade via Reserva da Biosfera do Cerrado, reconhecido pela Unesco como um dos Sítios de Patrimônio Mundial Natural brasileiro. Isso ocorre tendo em vista que o município de São Domingos encontra-se o distrito Espeleológico com mais de mil grutas com cerca de 620 milhões de anos (COUTINHO, 2003, p. 34). Dando a região um grande potencial de visitação com vias em análises, estudos e turismo, segundo o guia de turismo da região entrevistado.

O município fica situado na bacia Amazônica, na zona do Paranã. Divide-se, ao norte, com os municípios de Campos Belos, ao sul, com o município de Posse, a leste com o município de Correntina no Estado da Bahia e, a oeste, com o município de Divinópolis de Goiás.

O primeiro processo para o conhecimento das características do município é a identificação dos seus atrativos, fazendo-se necessário a construção do Inventário Turístico, que segundo a OMT *apud* Magalhães (2002, p. 95) é:

Um instrumento sumamente valioso para a planificação turística, tanto setorial como territorial, pois a partir dele pode-se realizar avaliações e estabelecer as prioridades



necessárias para a aplicação dos meios humanos e econômicos com que se conta para o desenvolvimento do setor.

Desta forma, entende-se o inventário como uma relação dos atrativos da localidade em questão, produzida exclusivamente como levantamento do potencial da região. Dentre os principais atrativos turísticos pode-se citar: o lago da cidade, gruta Terra Ronca, a caverna Angélica, a São Bernardo, o complexo de cavernas São Mateus, cachoeira do rio São Bernardo, cachoeira da Palmeira, cachoeira do Gericó, Pico do Moleque, cachoeira da Pedra Talhada, casas históricas e o Sumidouro (COUTINHO, 2003, p. 34). Atrativos esses confirmados pelo guia de turismo local, que também trouxe como principais festividades: Caça da rainha povoado estiva (janeiro), Folia do Divino (maio), Festa do padroeiro de São Domingos de Gusmão e Festa do Bom Jesus da Lapa na gruta Terra Ronca, em agosto (Imagem 2), aniversário da cidade (outubro), Natal com lapinhas e Folia da pastorinha (dezembro).

Imagem 2 - Altar no salão da caverna Terra Ronca onde é realizada a Romaria do Bom Jesus da Lapa nos meses de agosto.



Fonte: acervo pessoal da autora (2010)

Como empreendimentos turísticos contabilizam-se: dez meios de hospedagens e um Centro de Atendimento ao Turista. O município de São Domingos ainda produz artesanatos principalmente de cerâmica, de capim-dourado (Imagem 3) e de buriti.

Imagem 3 - Artesanato de capim dourado feito por moradora do povoado de São João



Fonte: Acervo pessoal da autora (2010)

As entrevistas foram realizadas a partir de questões semi-estruturadas específicas a cada ente, com enfoque voltado para as relações e opiniões desses atores locais - secretário de



turismo municipal, guia de turismo regional que vive em São João e população de São Domingos e do povoado de São João.

3 RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A localidade em questão tem grande potencial para ser um forte destino turístico devido ao grande número de atrativos naturais de valor ímpar. Pois muitas das cavernas conservam dentro de si, um ambiente ainda pouco conhecido e explorado por visitantes, seja ao turismo seja à produção científica. Porém falta muito para conquistar este nível de desenvolvimento, uma das principais necessidades são projetos que norteiam, estabeleçam, estruturam e organizam o turismo no município. Necessita, portanto, de uma política municipal que fomente o desenvolvimento sustentável de estratégias nesta região.

Percebeu-se, pela pesquisa realizada, a necessidade de investimentos em fomento e conscientização da potência do patrimônio-territorial de São João e os devidos conhecimentos dos sujeitos locais, a adaptar os meios de hospedagens e estabelecimentos de alimentação com enfoque e representatividade desta população e sua relação com o território, além da criação de um Plano de Manejo do Parque Estadual Terra Ronca que defina as devidas destinações para todo o parque, através de ações colaborativas sustentáveis que envolvam essa povoado que tem por matriz o território que também é parte dele. Por consequência, cabe a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Local a ser seguido e monitorado em períodos pré-determinados por um conselho formado pelos entes sociais que aqui operam e co-existem.

No povoado de São João (Imagem 4), devido a suas características singulares histórico-culturais, pode-se utilizar de seu patrimônio-territorial tradicional em prol do desenvolvimento endógeno da localidade por meio do Turismo de Base Comunitária, aspecto fenomenológico turístico que tem por base o protagonismo social através de ações que substanciem o patrimônio-territorial. Para isso, a comunidade em questão necessita compreender seus aspectos relacionais com esse meio que, simultaneamente, é formado e forma o sujeito que aqui vive, habita e co-habita o lugar, exercendo com o espaço habitado uma relação simbiótica.

Dessa relação surgem elementos e objetos que, constituídos a partir da prática, técnica e saberes, instalam-se no cotidiano desses sujeitos detentores de singularidades representativas do lugar que despertam curiosidade de outros sujeitos externos ao lugar, muitas vezes de origem urbana, que ao chegar fora de rotina habitual, tem seus sentidos apurados para construir novas percepções e experiências. Um outro ponto importante é a inserir a população nessa atividade pois, com o devido planejamento, execução e acompanhamento, além de ativar atitudes a



conservar a cultura, saberes e patrimônios desse grupo social ainda pode ser um gerador de renda aos moradores, tudo isso dentro de uma política e diretrizes pautadas pelos próprios habitantes, tornando-os sujeitos centrais do protagonismo ao desenvolvimento característico deste local.

Imagem 4 - Povoado de São João



Fonte: Acervo pessoal da autora (2010)

Sabe-se que a instalação do Parque Estadual Terra Ronca limitou e transformou a relação existente nesta região entre os habitantes do povoado e o lugar em que os cercam, pois esses sujeitos passam de, viver e produzir em seus sítios a limitar seus saberes e fazeres em pequenas propriedades no povoado. Porém, as prosas, os “causos”, conhecimento relacionado a plantas e animais, ainda se fazem presentes.

Assim, faz-se imperativo combater o que Barretto Filho (2001) chama de “ilhas de antítese do desenvolvimento”, onde as áreas protegidas, ou Unidades de Conservação, objetivam representar um “estoque endêmico”, visão reducionista que afasta o ser humano de seu ambiente natural. O que é visível após 2000, quando foi instituído o SNUC (BRASIL, 2000), a partir de modelos de manejo para a proteção de áreas naturais relevantes, com espécies endêmicas. Logo, a visitação, quando permitida, não é finalidade, mas um meio de conservar o ambiente.

A separação cultura-natureza, social-ambiental faz-se incompleta, haja vista que as populações tradicionais se inserem e nutrem um sentimento de pertencimento ao ambiente que habitam e que está ao seu redor, fornecendo-lhes sustento total ou parcial. O etnoconhecimento relativo ao uso de recursos naturais na “relação simbiótica com a natureza” (DIEGUES, 2001) seria um argumento para a permanência e inclusão de comunidades tradicionais nas áreas protegidas, e sua descaracterização ou expulsão, pelo contrário, poderia trazer mudanças na sociobiodiversidade. O autor (*id*, 2005) concorda com Bailey, Bahuchet e Hewlett (1992), Balée



(1988) e McNeely (1993) que a conservação da biodiversidade é complementada e complementar à visibilização da sociobiodiversidade. Logo, o Plano de Manejo precisa incorporar o saber tradicional, o saber-fazer da gestão territorial e de recursos e a vida simbólica das comunidades, de tal complexidade que requer interdisciplinaridade, e não reducionismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves. (Orgs.). Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BAILEY, R. C.; BAHUCHET, S.; HEWLETT, B. Development in the Central African rainforest: concern for forest peoples. In: Conservation de la foret dense en Afrique centrale et de l'Ouest. Pp. 202-211., 1992.

BALÉE, W. Indigenous adaptation to Amazonian palm forests. In: Principes (USA). Vol. 32, n. 2, pp. 47-54, 1989.

BARRETTO FILHO, Henyo. Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: “populações tradicionais” e áreas protegidas nos trópicos. In: Revista Sexta-feira, n. 6 [utopia]. São Paulo: Editora 34, 2001.

BOFF, Leonardo Sustentabilidade: o que é - o que não é. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 25, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 05 jan 2021.

BROSE, Markus. Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, Everaldo Batista da; Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à Colonialidade do Poder. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Versão eletrônica <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/EveraldoCosta.pdf>>

COUTINHO, Nilo Amorim. Goiás: Guia Turístico, Histórico e Cultural do Estado de Goiás. Goiás: Scala, 2003.

COZZOLINO, Luis Felipe; IRVING, Marta de Azevedo; SOARES, David Gonçalves. Gestão de áreas protegidas: análise dos marcos legais, à luz dos princípios de governança democrática. Sociedade e Território, v. 27, nº 1, p. 138-156 jan/jun. Natal. 2015.



DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V (orgs). Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1996.

ESCOBAR, Arturo. CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO. In: Decrescimento: vocabulário para um novo mundo. /organizado por Giacomo D'Alisa; Federico Demaria; Giorgos Kallis . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. pp. 58-62.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. In: Estudos Avançados 27 (79), 2013.

GALVIS, María Rita Martinez. Iniciativas pedagógicas populares como práticas de re-existência a la heggemonía neoliberal. In: Luchas, Resistências e Sentipensares a partir de iniciativas populares y de participación de mujeres del sur global desde las epistemologias del sul y el feminismo decolonial. Valência (Espanha): Fundación Alianza por la Solidariedad, 2020.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. In: Utopía y Praxis Latinoamericana, vol. 16, núm. 53, abril-junio, 2011, pp. 71-83.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades. Brasília, 202. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/sao-domingos/panorama>>
IRVING, Marta de Azevedo. Sustentabilidade e o futuro que não queremos. Sinais Sociais, v.9, n. 26, p.11-36, 2014.

_____. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? Sinais Sociais. V. 4, no. 12, p. 122-147, 2010.

IRVING, Marta de Azevedo.; PRATES, Ana Paula Leite. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 5, nº 1, 2015 p. 27-57.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios. São Paulo: Ed. Roca, 2002.

MCNEELY, Jeffrey A. People and Protected Areas: partners in prosperity. In: Indigenous Peoples and Protected Areas: the law of the mother Earth. London: Earthscan, 1993.

MORIN, Edgar.; KERN, Anne Brigitte. Terra-Pátria. – Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA



SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. O pequeno príncipe. Tradução Denise Bottmann. Barueri, SP: Novo Século Editora: 2015.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Texto da transcrição da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do não letivo de 1999, proferida em 15.mar, revisto pelo Autor, guardando, todavia um estilo verbal.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.